

**A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:
ENTREVISTA COM SILKE WEBER**

**EDUCATION SOCIOLOGY IN BRAZIL:
INTERVIEW WITH SILKE WEBER**

Amurabi Oliveira¹

Silke Weber, professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco, é graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia do Recife e obteve doutorado em Sociologia na Universidade René Descartes (Paris V). Desenvolveu programas de pós-doutorado nas universidades de Bremen, Paris V e na London School of Economics and Political Sciences (LSE). Atuante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no qual coordena o grupo de pesquisa “Educação e Sociedade”, foi integrante de comitês da Fundação Carlos Chagas, da Fundação Ford, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Atualmente participa do Conselho Editorial das revistas *Educação & Sociedade*, *Sociedade e Estado*, *Política & Sociedade*, *Cadernos do CRH*, *Sociologias*, *Estudos de Sociologia* (UFPE) e é membro da Comissão de Integridade da Pesquisa, do CNPq, e da Câmara de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas da Fundação de Amparo à Pesquisa e à Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

Destaca-se ainda sua atuação como Secretária de Educação do Estado de Pernambuco nos períodos de 1987 a 1990 e de 1995 a 1998; como integrante do Conselho Nacional de Educação de 1996 a 2001; como membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior em 2003 e da Comissão Técnica de Avaliação e de Acompanhamento (CTAA) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

¹ Licenciado e Mestre em Ciências Sociais (UFCG), Doutor em Sociologia (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

(INEP), do Ministério da Educação entre 2007 e 2011, tendo sido relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos Ciências Sociais (Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001 retificado pelo Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001).

Possui vasta e sólida produção intelectual forjada na interface entre os campos da Sociologia e da Educação, substanciada em artigos, livros, coletâneas e capítulos de livros, com foco principalmente nos seguintes temas: ensino superior, educação e projetos de sociedade, educação brasileira, políticas educacionais, profissionalização e formação do professor, qualidade da educação pública.

Reconhecida por meio de diversas premiações como o *Palme Académiques*, atribuído pelo Governo francês em 1997; a “Medalha dos 50 anos”, outorgada pela CAPES em 2001, a “Medalha do Mérito Científico”, na modalidade Comendadora, pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, em 2007, e ainda o “Prêmio Florestan Fernandes” em 2009, concedido pela Sociedade Brasileira de Sociologia.

Nessa entrevista ela não apenas nos permite conhecer melhor sua trajetória na Sociologia, como também realiza um balanço perspicaz sobre o campo da Sociologia da Educação, bem como, de forma mais ampla, sobre o cenário das Ciências Sociais na graduação e na pós-graduação no Brasil, e os desafios postos para a educação brasileira para os próximos anos.

1 – Gostaria de começar essa entrevista pedindo para que a senhora narrasse um pouco de sua trajetória acadêmica, indicando como se deu sua passagem da Pedagogia para a Sociologia.

Essa passagem se relaciona certamente com o período em que realizei a minha graduação, caracterizado pela participação dos estudantes no debate sobre o Brasil, em particular sobre o papel da educação superior na sociedade, e como protagonistas de iniciativas diversas no campo da cultura e da educação popular, a exemplo do Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE). No que me concerne, por convite do Prof. Paulo Rosas, comecei a atuar no Projeto Meios Informais de Educação - Praças de Cultura, do Movimento de Cultura Popular (MCP), fundado em Recife para dar materialidade a um conjunto de propostas voltadas para a educação e a cultura popular durante a campanha eleitoral que elegeu Miguel Arraes de Alencar

prefeito de Recife. Essa rica experiência levou-me não somente a ampliar a visão de educação como também a desenvolver um tipo de prática educativa que considerava os anseios da população, aspecto destacado por Paulo Freire.

Logo após concluir o Curso de Especialização em Orientação Educacional, na FAFIRE no qual a Psicologia Social foi uma grande descoberta, fui contemplada com uma bolsa de estudos para realizar o curso de Planejamento da Educação no Institut de Recherches en vue du Développement (IRFED), em Paris. Durante este curso fui exposta à literatura que tratava do desenvolvimento econômico e social, bem como a autores de diferentes áreas das Ciências Sociais que direta ou indiretamente a subsidiavam, dentre os quais Le Bret, Sauvy, Levi Strauss, Monbeig, Lacoste, Debauvais, Dumazedier, Isambert-Jamati, Chombart de Lauwe, Bastide, Marx, Gramsci, além das diferentes correntes críticas que então se delineavam. Explorando o entorno desse ambiente formativo, segui cursos de Psicologia Social oferecidos por Stoezel, Pagès e Moscovici, e de Sociologia ministrados por Boudon e Bourricaud, na Sorbonne, bem como frequentei Seminários dirigidos por Chombart de Lauwe sobre evolução da vida social e por Isambert-Jamati, sobre Sociologia da Educação. Discutiam-se, então, as primeiras pesquisas de Bourdieu e Passeron, como *Les Heritiers*, pesquisas de Coleman sobre desigualdade social e escola, e mais adiante, textos relacionados ao lugar da educação na sociedade formulados por Althusser, Baudelot, Establet, Bowless e Gintis, Illich, assim também como a questão da linguagem com Barthes, Kristeva, dentre muitos outros que me conduziram a problematizar a relação entre aspirações educacionais e sociedade. O clima intelectual francês, marcado pela experiência da resistência vivenciada durante a Segunda Guerra Mundial e pela crítica à ação colonizadora na Ásia e na África, deu substrato ao interesse de entender as relações entre sociedade e educação.

De volta ao Brasil para realizar pesquisa de campo para a tese, a convite do Prof. Heraldo Souto Maior, coordenei no âmbito do espaço que se transformaria adiante no Programa Integrado de Mestrado em Sociologia e Economia (PIMES), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma pesquisa sobre Educação no Nordeste solicitada pela SUDENE. Essa experiência de pesquisa não apenas sedimentou aquele interesse como delimitou a minha área de atuação acadêmica, apesar de ser integrante do Departamento de Psicologia da UFPE onde ministrava Psicologia Social, Prática de

Pesquisa e Introdução à Pesquisa e orientava estudantes.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPE) dei sequência a estudos sobre educação mediante pesquisas sobre a educação superior, mantendo, entretanto, o interesse por Psicologia Social, área na qual realizei programa de pós-doutoramento trabalhando com Thomas Leithäuser, na Universidade de Bremen, quando desenvolvi estudos sobre ideologia e sociedade, sob a perspectiva da Escola de Frankfurt. As pesquisas desembocaram na questão da profissão do docente universitário, o que motivou a realização de outro programa de pós-doutoramento, desta vez feita em Londres, quando foi profícua a interlocução que mantive com Michel Burrage, referência na história das profissões e que então realizava estudo sobre o professorado inglês.

Assim, a questão da relação sociedade e educação foi, de certo modo, o fio condutor da reflexão, investigação e ensino que desenvolvi ao longo das décadas de atuação no PPGS/UFPE e propiciou desdobramentos profissionais de outra ordem, tanto no âmbito de sociedades científicas, de agências de fomento e de difusão científica, como na definição, avaliação e gestão de políticas educacionais.

2 – Considerando suas primeiras pesquisas no campo da Sociologia da Educação² – SE, quais foram os desafios encontrados na articulação das categorias sociológicas aplicadas ao universo educacional?

Parece-me claro que a Sociologia foi instituída como campo de conhecimento específico no contexto das grandes mudanças operadas pelas transformações do capitalismo na Europa do século XIX, tendo como foco a compreensão da desestruturação dos padrões de sociabilidade e de referência vigentes. Nesse processo, a educação, especialmente a educação escolar, passou a ser vista como importante agente socializador e propulsor da construção de relações democráticas. Ao longo do debate sobre as relações entre sociedade e educação ganharam relevo processos sociais concernentes ao compartilhamento de significados, valores, símbolos, conhecimento, cultura, sendo desvendadas facetas diversas dos procedimentos sociais neles envolvidos

2 Uma versão resumida da tese de Doutorado da professora Silke Weber encontra-se disponível em língua portuguesa no formato de livro: **Aspirações à educação: condicionamento do modelo dominante**, publicada pela Editora Vozes em 1976.

como inserção, inculcação, reprodução, organização do pensamento, produção de desigualdade, diferença, igualdade, identidade.

O principal desafio constituiu, portanto, apreender a natureza da complexidade envolvida nos processos de constituição, manutenção e transformação da realidade social mediante recurso a categorias sociológicas adequadas e metodologia apropriada ao problema examinado, mas procedendo continuamente a crítica do caminho percorrido e de seu possível impacto na interpretação dos achados. Trago como exemplo o problema das aspirações, conceito forjado na Psicologia Social americana que pretendia explicar os processos de estabelecimento de metas a partir da perspectiva da experiência individual de êxito ou de fracasso. A crítica a esta abordagem, mediante a exploração de elementos contidos nos processos de aprendizagem envolvidos no estabelecimento de metas - nos quais parecia ter destaque os outros de referência -, permitiu demonstrar o papel de valores dominantes no estabelecimento de aspirações educacionais e sua atuação como mecanismo de reprodução social, e não como indutor de transformação social, como defendia Chombart de Lauwe, no início dos anos 1970.

3 – Em seu percurso percebe-se um evidente engajamento em espaços além dos estritamente acadêmicos, por meio de diversas instâncias como Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), além de já ter atuado como Secretária de Educação do Estado de Pernambuco. A senhora poderia nos relatar um pouco dessas experiências?

Como já mencionado, a busca pela compreensão das diferentes dimensões implicadas na relação entre sociedade e educação tornou-se fulcro de preocupações profissionais e o conhecimento gerado nesse processo teria não somente que ser socializado, o que ocorria durante a prática universitária, mas, igualmente, deveria produzir consequências. Ou seja, dar substrato a ações consideradas como passíveis de produzir mudanças educacionais em favor da nação brasileira, o que conduziu à participação ativa no debate no campo, que dava sequência, após período de silêncio forçado, à luta pela educação pública e gratuita encetada pelos Pioneiros da Educação e retomada com vigor por aqueles que se dedicaram à reconstrução da democracia, com destaque para Florestan Fernandes.

A participação em debates e mobilizações em um determinado campo dá visibilidade a posições assumidas e suscita convites diversos de imersão em instâncias formuladoras e gestoras de políticas específicas, sendo o mais significativo, a convocação do Governador Miguel Arraes de Alencar para que eu assumisse a Secretaria de Educação de Pernambuco. Foi um grande desafio e uma rica experiência de aprendizagem a respeito dos elementos implicados na construção de uma política pública educacional voltada para dar materialidade à educação escolar como direito social básico e tornar a escola lugar de ensino e de aprendizagem e instância de formação e exercício de cidadania. A proposta de formulação e gestão compartilhada de política educacional, norteadas por paulatina melhoria da qualidade da formação oferecida, encontrou grande obstáculo na concepção prevalente de educação escolar como mecanismo de conservação de poder, aliado à sistemática ausência de recursos financeiros para enfrentar uma estrutura moldada por interesses distintos das questões educacionais precípuas.

A participação no Conselho Nacional da Educação está também relacionada com a visibilidade obtida pela gestão na Secretaria de Educação de Pernambuco, que se tornara palco de iniciativas educacionais compatíveis com o debate acadêmico em curso, mediante o estabelecimento de vínculos formativos com as diferentes áreas abarcadas no sistema escolar. Como sabido, é um conjunto de instituições que indica nomes ao Ministro da Educação a serem escolhidos para composição do Conselho Nacional de Educação-CNE e, no caso, o meu foi indicado por algumas entidades acadêmicas, além do Conselho Nacional de Secretários de Educação. O exercício no CNE mostrou-se um período de grande aprendizagem a respeito dos meandros da educação superior brasileira, particularmente sobre o sentido dos interesses privados na oferta desse nível de formação, mas também significou uma oportunidade para influir no debate sobre a qualidade da formação em nível superior, seja em termos dos desenhos formativos, seja na avaliação da formação efetivada.

A atuação no INEP tem mesclado atividades de avaliação de textos e formulação e gestão da política editorial da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e, mais recentemente, participação na formulação e acompanhamento da ação avaliativa desenvolvida pela instituição, o que certamente contribuiu para que ampliasse a minha compreensão da complexidade que caracteriza a educação superior no país.

4 – Voltando o olhar para o campo da SE no Brasil, que é profundamente crivado por inúmeras tensões e disputas, como a senhora percebe o processo de apropriação da Sociologia por outros campos disciplinares, e mais especificamente o educacional, considerando toda a complexidade das relações construídas principalmente a partir da Reforma Universitária no final dos anos de 1960?

A Reforma Universitária de 1968, não obstante haver sido formulada sob os auspícios da influência americana, significou uma resposta da comunidade acadêmica forjada no rico debate sobre o papel da universidade na sociedade brasileira que marcou o início dos anos 1960. Assim, a Reforma trouxe aspectos positivos inegáveis, sendo o mais relevante, a institucionalização da pós-graduação que destacou a produção do conhecimento e do saber nas diferentes áreas como cerne da atuação universitária. A sua disseminação, a formação profissional e a criação, dinâmica e sedimentação de clima cultural, finalidades ou objetivos inerentes à instância universitária foram se consolidando como atividades indissociáveis de pesquisa, ensino e extensão, resultando a ênfase dada a cada uma delas das marcas históricas das instituições.

Vale destacar que a produção de conhecimento desencadeada por um corpo docente profissionalizado, ou seja, com formação acadêmica de alto nível e exercendo atividades em tempo integral, e que tem contribuído tanto para o avanço das diferentes áreas, como para um maior e melhor conhecimento do país, ocorreu em concomitância com o aprofundamento da luta em favor do regime democrático, propiciando, igualmente, subsídios para a formulação de projetos político-sociais voltados para a construção da cidadania, no âmbito de que ganharam relevo as propostas de construção de uma educação de qualidade em todos os níveis assim como o entendimento do acesso à educação básica como um direito.

Nesse contexto, as questões educacionais galvanizaram as atenções e no tocante às Ciências Sociais e à Sociologia, particularmente procurando-se, com base em conhecimento produzido sobre a sociedade e educação brasileiras, propor formas de intervenção na área educacional que pudessem em curto prazo ampliar a compreensão do país e mudar os patamares vigentes da formação escolar oferecida. Parece-me que iniciativas de reintroduzir a Sociologia no Ensino Médio, discutidas desde os anos 1980, constituem uma dessas respostas.

A compreensão dos problemas educacionais brasileiros, dessa forma, extrapolou o âmbito da Sociologia, seu campo de origem, para tornar-se também objeto de interesse de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, especialmente, da área da Educação, que progressivamente passou a se responsabilizar pela produção de conhecimento concernente à educação básica. Sobre a questão, em texto recente escrito em conjunto com Carlos Benedito Martins (2010), foi possível observar a existência de certa divisão de tarefas entre os Programas de Pós-Graduação em Educação que se voltam para o estudo da educação básica e os Programas de Pós-Graduação em Sociologia que, quando elegem a educação como preocupação de pesquisa, debruçam-se sobre a educação superior. Uma disputa por jurisdição profissional, como a nomearia Abbott (1988)³, a qual, por remeter ao controle de conhecimentos e tarefas ou de controle legítimo de um tipo particular de trabalho, está longe de ser resolvida ou mesmo enfrentada no Brasil, bastando mencionar o desconhecimento pela ANPOCS, da produção sobre educação realizada pela ANPED.

5 – Nas últimas décadas, durante as quais a senhora tem acompanhado de perto o desenvolvimento da SE, quais as transformações que tem observado na produção do conhecimento desse campo no Brasil?

Como já mencionado, a educação, em especial a educação formal, constitui preocupação central da Sociologia europeia e americana do final do século XIX, cujo interesse consistia em entender como se processava a inserção de novas gerações no mundo social, como formulado por Durkheim. A educação era, então, percebida como algo bom em si e tida como indispensável à construção de uma sociedade democrática, republicana e justa. Na perspectiva, ganhavam relevo às relações entre sociedade e educação, sobretudo aquelas mediadas pela educação escolar.

É possível localizar algumas orientações gerais no debate sobre a educação desenvolvido na Europa, Estados Unidos, Canadá e *a fortiori* na América Latina e no Brasil, notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o ideário da democratização em todos os níveis das relações sociais perpassou o debate social e

3 ABBOTT, Andrew **The system of Professions**: an essay on the division of expert labor . Chicagp. London; The University of Chicago Press, 1988

cujos contornos podem ser resumidos em pelo menos quatro aspectos, a saber:

1- Mudança social com ênfase na igualdade de oportunidades e democratização do ensino, a ser materializada em projetos de desenvolvimento e modernização comandados pelo Estado.

Nessa direção enfatizavam-se estudos quantitativos que buscavam descrever o impacto das políticas educacionais estabelecidas para a promoção da igualdade do acesso, melhoria do desempenho e ampliação de oportunidades, aspectos que por si demonstraram o quanto o ideal democratizante estava longe de se efetivar.

2- Reprodução de relações sociais e culturais que procede a crítica da relação entre sociedade e educação pela análise de processos de inculcação, dominação, legitimação de uma ordem determinada. Em suma, de ideologia ou cultura.

Processos escolares e políticas educacionais passaram a ser alvo de estudos, indicando a existência de formas simbólicas de violência, imperantes no sistema escolar, dimensões que seriam retomadas na atualidade na análise dos desdobramentos do neoliberalismo na educação, especialmente na educação superior, concebida como mercantilizada.

3 - Possibilidades do sistema educacional e da escola, explorando os estudos as contradições da ação educativa, com destaque para a sua dimensão transformadora.

A ênfase era posta tanto na dimensão política da ação educativa - sendo a escola concebida como instância de organização da comunidade -, como nas possibilidades de a ação escolar potencializar a organização do pensamento e promover acesso ao conhecimento poderoso (YOUNG, 2007)⁴. Questões relacionadas à ação da linguagem na produção de sentidos e, portanto, de sedimentação de diferenças, mas também de difusão de conhecimentos, saberes e significados obtinham atenção especial.

4 – Dúvida em relação às possibilidades de conhecimento e de ação das Ciências Sociais no campo da educação pela adoção de postura crítica a qualquer dinâmica central para explicar as sociedades em sua complexidade, e ao lugar do desenvolvimento tecnológico na ação educativa e nas relações sociais.

Estudos recorrem à noção de discurso, compreendido como construção de sentidos que se fixam segundo lógicas próprias no contexto do antagonismo social, bem como exploram a dimensão subjetiva presente na ação educativa, especialmente a construção de identidades.

4 YOUNG, Michael (2007) Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, vol. 28, n.101, p.1287-1302

A indicação dessas orientações visa apenas traçar um quadro geral que relaciona o debate nacional com aquele desenvolvido internacionalmente na área, cuja influência parece continuar determinante na produção sociológica relativa à educação. Pode-se, assim, observar a prevalência do aspecto conjuntural nos estudos realizados, que tendem a ter como referência políticas educacionais estabelecidas, uma face engajada das análises empreendidas decorrente do compromisso dos pesquisadores com a democracia e, especificamente no caso brasileiro, uma progressiva especialização na produção do conhecimento mediante divisão de tarefas quanto ao estudo da educação básica e da educação superior, conforme anteriormente assinalado.

6 – Em alguns balanços que têm sido realizados acerca da SE brasileira indica-se uma forte influência de autores franceses nesta produção, e em trabalho recente a senhora também analisou essa influência para o debate do sistema educacional brasileiro⁵. Em sua opinião essa influência ainda é decisiva? Quais seriam os autores que teriam um maior impacto na produção acadêmica recente da SE no Brasil, e como a senhora analisa a interpretação que tem sido realizada deles?

Certamente a influência francesa na Sociologia da Educação no Brasil continua importante até porque os focos na relação entre escola e mudança social e a preocupação com desigualdades sociais, tônicas do debate francês, também estão presentes no debate brasileiro. Dessa forma, autores que se voltam para a análise da dinâmica e ação escolares e que propõem uma Sociologia da Escola - Cousin, Durut-Bela, Van Zanten e Dérouet (que tematiza especificamente o sentido da explosão escolar) - ou que aprofundam a compreensão da relação entre educação formal e desigualdade social, continuam a ser interlocutores importantes de pesquisadores brasileiros. Nessa última perspectiva, anote-se a influência de Bourdieu, seus seguidores e críticos, como Lahire e Dubet, que procuram encontrar fatores que permitem ao indivíduo escapar das determinações sociais. Por outra parte, o tema da docência tem suscitado interlocução com pares franceses e canadenses cabendo mencionar Charlot, Anne Marie Chartier, Dubar, Trippier, Tanguy, Prost, Bourdoncle, Lessard, Tardiff entre

5 WEBER, Silke. Alguns aspectos das contribuições francesas para o debate e o sistema educacional brasileiro. *Cadernos de Estudos Sociais*, s/v, n. 26, p. 161-168, 2011.

tantos outros, além de teóricos como Foucault, cujas contribuições têm sido exploradas principalmente em relação à análise do poder e da disciplina na educação formal.

Aspecto que parece pouco discutido, entretanto são as diferentes condições educacionais na França e no Brasil, decorrentes, em grande parte, do entendimento quanto ao lugar atribuído à educação formal: para os franceses, ela está relacionada à construção do ideário republicano. Ou seja, persiste a crença de que a escola é uma instituição a ser salvaguardada, apoiada e melhorada porque é reconhecida como instância que propicia o acesso de forma sistemática, embora diferenciada, ao patrimônio cultural, tecnológico e de conhecimento disponível sobre o homem e a natureza. No Brasil, ao contrário, a generalização da educação pública se deu somente a partir dos anos 1960, em resposta a pressões decorrentes dos processos de industrialização e de urbanização iniciado no Centro-Sul, no início do século XX. A sua concretização inicialmente em alguns estados e municípios, foi materializada mediante recurso a estratégias impensáveis naquele país, tais como o abarrotamento de salas de aula, a diminuição do tempo escolar, com a criação do turno intermediário, recrutamento de professores sem formação adequada ou mesmo sem qualquer formação, tônica que ainda se faz presente no espaço rural. A consideração explícita dessas diferenças certamente trariam mais rigor nas análises empreendidas sob influência do debate francês.

7 – Em artigo publicado no início dos anos de 1990⁶ a senhora indicou que poucos Programas de Pós-Graduação em Sociologia no país possuíam linhas de pesquisa explicitamente ligadas à educação, mais recentemente Jacob Carlos Lima e Soraya Maria Vargas Cortes⁷ afirmam que dentre as mais de 90 linhas de pesquisa existentes nesses programas, apenas 4 se relacionam diretamente à educação, o que aponta para um cenário praticamente inalterado vinte anos depois. A minha pergunta é: em que medida a Educação ainda é um objeto pouco investigado junto aos Programas de Sociologia, e quais seriam as motivações para tanto?

6 WEBER, Silke. A Produção Recente Na Área de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, s/v, n. 81, p. 22-32, 1992

7 LIMA, Jacob. C.; CORTES, Soraya M. V.. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*. v. 13, n. 2, p. 416-435, 2013

Conforme já referido, a Sociologia, campo científico delineado para o entendimento das relações sociais tecidas em um mundo caracterizado por profundas transformações e que por isso elegeu os processos de socialização como um de seus focos principais, não tem mais, no Brasil, a educação como cerne de sua produção de conhecimento. Isto pode parecer um paradoxo considerando que a Sociologia foi inicialmente ensinada nos cursos de formação de professores nas escolas normais, na década de 1920, depois na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, em cujo âmbito foi criado, em 1947, o Departamento de Ciências Sociais, primeiro espaço acadêmico voltado para o estudo dos problemas educacionais, tornado um marco da área ao se debruçar, por exemplo, sobre as relações entre educação e urbanização, entre educação e desenvolvimento.

Nesse percurso alguns aspectos devem ser considerados, sendo talvez o mais importante o desvelamento dos limites da escola na produção de igualdade social consubstanciada nos diferentes ângulos que assumiu o debate sobre a reprodução das relações sociais e culturais. Por outra parte, a dimensão das transformações sociais mais recentes parece ter colocado em xeque a crença no aporte da Sociologia para a construção de sociedades democráticas que teria sido abalado pela prevalência crescente da competitividade do mercado, carecendo a sua reconstrução como autoconhecimento da sociedade global, implicando em novas formas de ensinar, pesquisar para atrair as novas gerações.

Além desse marco mais geral, caberia levar em conta o próprio processo de institucionalização da pós-graduação no país, que legitimou a Educação como campo de conhecimento específico no contexto da luta pela generalização do acesso à educação básica de qualidade, aprofundada a partir de meados dos anos 1970, e que tem influenciado a formulação de políticas educacionais compatíveis com o debate em curso. Assim, muitos dos pesquisadores que realizaram pós-graduação na área da Sociologia, ou mesmo da Sociologia da Educação, se integraram a Programas de Pós-Graduação em Educação, circunscrevendo esse campo de produção de conhecimento. Delineia-se uma nítida divisão de tarefas entre sociólogos que atuam nas áreas da Sociologia e da Educação: nesta última com foco no estudo da educação básica, inclusive na análise da relação entre educação e sociedade enquanto a educação superior continua sob a égide dos Programas de Pós-Graduação de Sociologia de forma prevalente, algumas vezes mesclando a sua relação com a educação básica, como quando se defronta com a questão da docência.

Uma das razões dessa seleção constitui certamente o lugar atribuído à educação superior no debate internacional relacionado com as mudanças mais gerais operadas na ação do Estado em um mundo globalizado. O reconhecimento da importância da ciência e da tecnologia no crescimento econômico e desenvolvimento social trouxe o desafio de não somente entender o sentido do estabelecimento de políticas educacionais específicas, algumas delas influenciadas pelas agendas de organismos internacionais, mas também de decifrar processos desencadeados no interior dos sistemas de educação superior pela expansão da oferta, diferenciação social do acesso, diversificação, hierarquização de instituições, privatização, internacionalização entre outros. O estudo desses aspectos embora comprometido com a construção da democracia permite situar o debate em torno de processos sociais mais amplos evitando a consideração da dimensão normativa que costuma permear a análise da educação básica. A busca pelo exercício da objetividade científica poderia ser uma das razões do interesse prevalente pela análise da educação superior, revelando consciência da necessidade de salvaguardar seu próprio território.

8 – No balanço bibliográfico que a senhora realizou em parceria com o professor Carlos Benedito Martins⁸ há um indicativo de que os sociólogos quando investigam a Educação tendem a privilegiar a análise do Ensino Superior, ao menos em termos comparativos com a SE desenvolvida nas Faculdades de Educação que se voltariam prioritariamente para a Educação Básica, e essas investigações têm levado a uma importante problematização em torno do dilema da democratização e/ou massificação do Ensino Superior. Acerca dessa questão e de como ela tem sido abordada pela Sociologia, em que medida poderíamos vislumbrar um verdadeiro processo de democratização do Ensino Superior Brasileiro, ou será que estaríamos mais próximo do que Bourdieu denominou de “os excluídos do interior”⁹, ao pensarmos a expansão desse ensino?

Parece-me que a abordagem dessa questão requer uma tomada de posição com base em

8 MARTINS, Carlos Benedito; WEBER, Silke. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, Carlos B.; MARTINS, Heloisa H. T. S. **Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 131-201.

9 BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Les exclus de l'intérieur. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. s/v, n° 91-92, p. 71-75, 1992.

alguns pressupostos atinentes à autonomia da escola e a seu papel na democratização da sociedade. Nesse sentido, por exemplo, vale destacar que embora a instância da educação formal seja caracterizada por relativa autonomia, é importante ter claro igualmente que a educação não promove a mudança social e tampouco é mero reflexo das relações sociais prevalentes: ela constitui tão somente um dos agentes de projetos de sociedade formulados na relação entre diferentes grupos sociais em determinados momentos da história de uma sociedade determinada.

Desse ponto de vista, portanto, a luta pela democratização do acesso à educação formal como meio de materializar a igualdade de oportunidades tanto expressa anseios da sociedade de construir e aprimorar a democracia, como revela, de outra parte, que a sua efetivação constitui processo prenhe de contradições, sendo uma delas a constatação de que inclusão promove igualmente exclusão, no sentido de que a inclusão não é vivenciada subjetivamente de forma semelhante por todos aqueles que estão concernidos. Um exemplo aventado frequentemente esclarece essa perspectiva: a extensão da obrigatoriedade escolar tanto realimenta, em alguns, a motivação para o estudo e a aprendizagem como suscita tédio e desejo de sair da escola, em outros. Uma contradição que repercute na dinâmica escolar, trazendo problemas de organização, disciplina e de atuação docente, além de replicar, no espaço escolar, a estratificação das diferenças sociais existentes. Pelo que se sabe, não foi ainda possível encontrar formas universais de proceder à democratização visada.

Sem defender a visão cara a uma Sociologia do indivíduo, pode-se afirmar que a expansão da educação superior promoveu a democratização do acesso a este grau de ensino. Embora seja patente a existência de processos de exclusão no interior do sistema educacional desse nível de ensino, conforme analisado por Bourdieu e Champagne, a sua expansão e os mecanismos engendrados para promover a democratização do acesso constituem resposta a anseios gerados pelo próprio debate educacional no qual são destacados principalmente aspectos instrumentais de mobilidade social e de inserção diferenciada no mercado de trabalho. Como têm mostrado estudos sobre estudantes de cota ou do PROUNI, o acesso à educação superior repercute também positivamente na identidade pessoal, da família e da comunidade, além de permitir o rompimento de percursos educacionais e sociais determinados principalmente pela origem social e de repercutir sobre a própria produção do conhecimento no âmbito das diferentes áreas do

conhecimento.

Talvez já coubesse, no âmbito da Sociologia, a realização de pesquisas sobre essa repercussão explorando a aprendizagem de transformar problemas sociais em problemas sociológicos, portanto em problemas teóricos, para que seja possível avançar na compreensão da complexidade dos processos sociais envolvida na expansão do acesso à educação superior.

9 – Toda essa dinamicidade que vem assumindo a SE no Brasil, me parece, se relaciona diretamente com a ampliação vivenciada pela pós-graduação nas últimas décadas, sendo um fenômeno que não pode ser pensado de forma isolada no meu entender. Voltando-se para essa realidade, como a senhora analisa o atual cenário da pós-graduação em Sociologia no Brasil? Quais seriam os principais desafios postos para esses programas na atualidade?

A área da Sociologia contava em 2013 com 53 cursos de pós-graduação recomendados e reconhecidos, 18 dos quais voltados para a Sociologia, 24 para as Ciências Sociais e 11 combinando Sociologia com Antropologia, ora com Ciência Políticas ou com alguns temas numa nítida direção à interdisciplinaridade, conforme anotam os coordenadores da área no último Relatório de Avaliação Trienal procedido pela CAPES.

A constante ampliação da oferta deste nível de formação responde não somente à política de ciência e tecnologia adotada no país há pelo menos três décadas e à notória expansão da educação superior - que alargou oportunidades de recrutamento de novos docentes pós-graduados -, mas também se relaciona com mudanças efetivadas em planos de cargos e carreira dos professores da educação básica que reconheceram a formação pós-graduada como um possível elemento indutor da melhoria da qualidade da formação ofertada neste nível de ensino. Além disso, deve-se considerar, em relação à área da Sociologia, o debate e a mobilização em torno da reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, levado a cabo nas duas últimas décadas, legalmente efetivada em 2008.

Ao se observar a composição curricular e as linhas de pesquisa que caracterizam os Programas da área verifica-se que persiste ênfase na formação teórica clássica e contemporânea e uma forte preocupação metodológica aliada ao estudo sistemático de

temas tradicionais, atuais e também conjunturais. Uma ampla gama de questões e de problemas tem sido abarcada na expectativa de compreensão e explicação de fenômenos e processos sociais. Nesse sentido é possível afirmar que a área vem cumprindo a contento a dimensão acadêmica de formação pós-graduada que lhe é atribuída, pela contribuição que tem dado para o alargamento do conhecimento a respeito do país e da própria área mediante crescente interlocução internacional.

Um dos desafios constitui certamente manter o elevado nível de qualidade da formação e da produção em uma conjuntura de crescimento da demanda por formação pós-graduada. Ou seja, como evitar que a expansão ocorra mediante a multiplicação de orientandos ou de novos cursos, como assegurar a qualidade da formação em prazos limitados que desconsideram o tempo necessário para assimilação e operação de uma linguagem científica específica por parte de um contingente nem sempre habituado a buscar objetividade e rigor compatível com a produção de conhecimentos novos?

Claro que há desafios outros no tocante a temas e problemas que estão a requerer um acurado olhar sociológico, entretanto, essa é uma tarefa a ser enfrentada pelos integrantes da comunidade acadêmica atuante em cada Instituição.

10 – De igual maneira, tem ocorrido uma ampliação do Ensino Superior no Brasil – como atesta uma vasta literatura sobre o tema – o que inclui também os cursos de Ciências Sociais, que do meu ponto de vista possuem um aspecto *sui generis*, dada a expansão que chamo de “tardia” comparando com os demais cursos superiores, impulsionada nos últimos anos pela reintrodução da Sociologia no Ensino Médio e a conseqüente criação de várias licenciaturas junto a instituições públicas e privadas. No caso específico da formação em nível de graduação nas Ciências Sociais, quais são as tendências que vêm se apresentando nos últimos anos?

Parece haver controvérsia quanto à natureza da expansão da oferta de cursos de Ciências Sociais e de Sociologia dada a sua intermitência, ora apresentando-se como tarefa do setor público, especialmente das universidades, ora englobando instituições privadas, tradicionais formadoras de docentes.

Um marco recente desse debate constitui a definição das Diretrizes Curriculares

Nacionais dos Cursos de Graduação feita pelo Conselho Nacional de Educação no início dos anos 2000, em concomitância com a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior. Na ocasião, as áreas de conhecimento que constituem matéria do Ensino Médio se defrontaram mais uma vez com a distinção entre bacharelado e licenciatura, tema delicado que remete à contraposição entre atividade científica e atividade de ensino. Propugnava-se percursos de formação específicos na preparação para a atuação acadêmica e para a preparação de professores cuja prática pedagógica teria que enfrentar o desafio de transformar objetos de conhecimento em objetos de ensino.

Em relação às Ciências Sociais, a proposta de diretrizes curriculares nacionais pretendeu assegurar formação específica mediante a realização de atividades acadêmicas que integram a identidade do curso (Sociologia, Antropologia, Ciência Política), formação complementar com atividades acadêmicas estabelecidas a partir de conjuntos temáticos e problemas teóricos das áreas específicas e formação livre de escolha do estudante. No caso da licenciatura, importava igualmente contemplar conteúdos definidos para a educação básica, didática própria de cada conteúdo e pesquisas que lhes dão substrato. Recusando especialização precoce, é sugerida a organização curricular em torno de conjuntos temáticos e de campos de atuação profissional, abrindo espaço para o delineamento de bacharelados e licenciaturas compatíveis com demandas de natureza acadêmica e de docência. Se este parece ser o modelo que findou por se implantar em decorrência da obrigatoriedade do ensino da Sociologia no Ensino Médio, a expansão de cursos de bacharelado e de licenciatura em Sociologia ou em Ciências Sociais desde então se faz de formas diferenciadas em regiões e em estados. O setor privado permaneceu como principal agente de formação docente não apenas por ser detentor da maior oferta de oportunidades educacionais, mas também porque o realiza de modo prevalente no período noturno, frequentado principalmente por trabalhadores alunos.

A “expansão tardia” mencionada, portanto, parece manter não somente a tensão entre formação acadêmica e formação profissional na área das Ciências Sociais, mas igualmente os processos de diferenciação institucional e social aos quais estão submetidos os seus graduados.

11 – Apesar das questões mais gerais que tocam os cursos de Ciências Sociais, há

problemáticas próprias que se voltam para a formação de licenciados nesse campo do saber, e na sua atuação na Educação Básica, que têm ganhado visibilidade com a reintrodução da Sociologia a partir do parecer do CNE nº 38/06 e da lei nº 11.684/08. Em trabalho comparativo escrito em parceria com o professor Thomas Leithäuser¹⁰, vocês se utilizam da metáfora do caminho de Sísifo para definir a situação dos professores de Sociologia no Brasil e de Ética e Moral na Alemanha, ainda que no caso alemão haja “[...] teleféricos e elevadores para avançarem em certos trechos, enquanto podem repousar um pouco do cansaço e renovar o ânimo.”. Como a senhora analisa a situação atual da formação de professores de Sociologia e a atuação destes no Ensino Médio?

A questão da formação de professores de Sociologia a meu ver continuará a suscitar debate ainda por um longo tempo embora nos últimos dez anos tenha havido notáveis avanços no seu enfrentamento mediante o estabelecimento das Orientações Curriculares Nacionais, a produção e seleção de textos didáticos, o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino da disciplina, a expansão de cursos de graduação e de pós-graduação, a instituição de laboratórios de ensino, a experimentação de modelos formativos diversos, a criação do PIBID, iniciativas advindas do envolvimento de universidades, sociedades científicas e entidades da sociedade civil, o que tem permitido a constituição crescente de massa crítica. Seria possível dizer que do ponto de vista acadêmico estão sendo desenvolvidas ações compatíveis com a complexidade da demanda.

A esse esforço articulado, entretanto, não tem correspondido os sistemas de ensino, os quais, ao que parece, cumprem tão somente o estabelecido na Lei. Assim, é possível dizer que o recrutamento de licenciados na área continua restrito, fazendo com que persista o expediente conhecido de indicar professores formados em áreas afins. Estes, para assegurar sua carga horária mínima de trabalho, desdobram as suas atividades de docência em diferentes escolas posto raramente ministrarem mais de uma hora semanal, conforme inserção da disciplina no currículo escolar. Acrescente-se que esta carga horária é efetivada em geral ao final do horário escolar, quando não nas sextas-feiras, no último horário do turno noturno. Parece desnecessário destacar o quanto de simbólico contém tais decisões e o quanto elas reforçam entre os docentes sentimentos

10 LEITHÄUSER, Thomas; WEBER, Silke. Ética, moral e política na visão de professores brasileiros e alemães. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 1, p. 87-108, 2010.

de desvalorização e de não reconhecimento profissional.

O ensino da Sociologia, campo de saber voltado para a compreensão dos fenômenos e processos sociais e de indução da construção da cidadania, ainda tem um longo caminho a percorrer no Brasil, constituindo o conhecimento sobre a sua prática efetiva um elemento a ser explorado no debate social contemporâneo.

12 – Em 1996 a senhora publicou o livro “O Professorado e o Papel da Educação na Sociedade”¹¹, período bastante singular para o debate educacional brasileiro, marcado pelo contexto de discussão em torno da nova LDB, assim como pela ainda recendente redemocratização. Caso fosse reescrever esse texto hoje, 18 anos depois, quais ponderações a senhora manteria e quais alteraria com relação ao papel do professor e da educação em nossa sociedade?

Entre a publicação da pesquisa em foco e a discussão sobre o professorado na atualidade ocorreram, sem dúvida, mudanças importantes tanto no âmbito da definição das políticas educacionais como no debate acadêmico, que se vinculam certamente à generalização da concepção de educação escolar como direito social básico e dever do Estado. Nos dois contextos o professor passou a ser visto como agente destacado da efetivação desse direito e profissional da educação que constrói, mediante formação inicial em nível superior e oportunidades de formação continuada, a vinculação entre teoria e prática, na perspectiva de transformar objetos de conhecimento em objetos de ensino no seu fazer pedagógico. A interlocução com pares e com pesquisadores em períodos formativos e de exercício profissional passou a ser concebida como um elemento impulsionador do aprimoramento da prática docente, apesar das difíceis condições de trabalho a que o professorado se encontrava e ainda se encontra submetido.

Assim, embora persista a imagem de profissional pouco reconhecido e desvalorizado socialmente, com importante influência no desempenho escolar dos alunos, se amplia igualmente a percepção de profissional que, mediante exposição à formação adequada, domina e organiza conhecimentos sistematizados em áreas específicas, considerados importantes para a inserção no mundo social, e os dissemina na escola, instância

11 WEBER, Silke. **O Professorado e o Papel da Educação na Sociedade**. Campinas: Papirus, 1996

concebida como central para a formação e o exercício da cidadania.

Dessa forma, as diferentes formas de promover a formação docente e o seu aprimoramento contínuo, por intermédio de cursos presenciais e a distância, dentre outras iniciativas de formação continuada, a consideração desse percurso formativo traduzido em plano de cargos e carreira, o estabelecimento de um piso salarial básico, a avaliação contínua do desempenho dos alunos e das escolas, a definição de diretrizes curriculares para a formação docente em nível superior, entre outras políticas adotadas, além do aprofundamento e diversificação da produção acadêmica a respeito do tema, indicam um novo contexto que teria que ser considerado em propostas de estudo sobre a profissionalização do docente da educação básica no Brasil, na atualidade.

13 – Para finalizarmos, considerando as várias questões que têm sido colocadas na arena pública ante a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), quais são, em sua perspectiva, os grandes desafios da Educação Brasileira para os próximos anos, e mais que isso, qual o papel da Sociologia na análise dessas questões?

O PNE resume periodicamente as principais marcas do debate social e acadêmico sobre a educação formal nos seus diferentes níveis e modalidades, e as demandas que se fixaram ao longo de sua formulação, em uma dinâmica de âmbito regional e nacional que tem contraposto, de forma clara, nas últimas edições, propostas governamentais e da sociedade civil. Exemplo claro dessa contraposição é a definição do percentual do PIB a ser aplicado em educação nos período abarcado pelo PNE.

Inúmeros são os desafios da educação brasileira podendo ser citados os mais problemáticos como a efetivação da democratização do acesso à formação na educação básica e na educação superior, o suporte financeiro efetivo para a concretização dessa meta, a generalização e o aprofundamento da formação docente nas diferentes áreas de conhecimento, tecnologia, arte, cultura, adequação e modernização das condições materiais de escolas, faculdades e universidades, ampliação da responsabilidade do setor público na oferta de formação em nível superior, valorização do professorado consubstanciado no pagamento de salários compatíveis com a importância da tarefa docente.

Creio que a Sociologia, na condição de disciplina que relaciona pesquisa acadêmica e

prática social, teria o papel de instância crítica aberta à análise das contradições, suas possibilidades e limites, evitando que o estudo da sociedade brasileira se restrinja à dimensão da reprodução das relações sociais.

Os sucessivos balanços sobre a produção na área da Sociologia da Educação poderiam constituir uma fonte a explorar na definição de temas e ângulos a serem enfrentados ou aprofundados. Arrisco-me a sugerir alguns deles, relacionados à construção de subjetividades e identidades como raça, cultura, diferenças, violência, e outros voltados para aspectos estruturais decorrentes dos desdobramentos do processo de profissionalização docente, nos quais certamente ganharia destaque a sua origem social e as repercussões no seu fazer pedagógico e acadêmico.